

ARTIGO - 4. AS PERSPECTIVAS DA CONSERVAÇÃO DESDE O SUL GLOBAL: PATRIMÔNIO PARA TODOS: DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL / REFLEXÕES SOBRE PATRIMÔNIO: NARRATIVAS PLURAIS E MEMÓRIAS SILENCIADAS / NOVAS PERSPECTIVAS E ABORDAGENS NA GESTÃO, VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.

PATRIMÔNIO SILENCIADO: A INVISIBILIZAÇÃO DA HERANÇA BUDISTA JAPONESA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Vinicius Lima Oliveira (viniciuslimao@usp.br)

A imigração japonesa no Brasil se iniciou em 1908, para o trabalho em fazendas cafeeiras, nas quais os japoneses esperavam prosperar, visto os desafios que o Japão enfrentava na época e que atingiam diretamente os trabalhadores rurais. No entanto, desde o início, esses indivíduos tiveram dificuldade com a diferença cultural da nova pátria que os abrigava, sendo sua alimentação, idioma e costumes muito diferentes, o que distanciava os japoneses dos brasileiros, sendo a questão religiosa uma das que mais foram afetadas. Majoritariamente budistas, os imigrantes enfrentaram problemas na manutenção de suas crenças religiosas, que devido a fatores culturais e políticos – sobretudo pelo desencontro com a predominância católica no Brasil -, resultaram na abdicação de práticas públicas do budismo, levando a fundação do primeiro templo budista apenas nos anos 50. Nesse ínterim, adeptos do budismo se restringiam a cultos domésticos e funerários, sofrendo durante a Era Vargas e a Segunda Guerra com perseguições a toda expressão cultural japonesa, havendo registros de religiosos presos por pregar o Budismo, e a imposição da religião católica. Concomitantemente, um acordo entre o

governo de São Paulo e a companhia de imigração Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha (Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A., ou K.K.K.K.) levou à criação do núcleo colonial agrícola Iguapé em 1913 – composto pelas colônias de Registro, Katsura e Sete Barras – que trazia imigrantes japoneses com a intenção de ocupação de lotes. Nesta colônia foram fundadas duas igrejas católicas, Igreja Episcopal de Todos os Santos (1929) e Igreja de São Francisco Xavier (1933), com a doação dos próprios colonos. Para Mori (1992), a construção dessas igrejas representava mais a vontade dos imigrantes de se integrarem a sociedade brasileira do que uma conversão ao catolicismo, sendo, do ponto de vista psicológico, uma analogia a construção de um templo Budista. A fala de Mori pode ser corroborada ao se analisar a arquitetura da primeira edificação construída, que apresenta elementos típicos de uma edificação Budista. O presente trabalho trata da invisibilização de templos budistas japoneses construídos em São Paulo, à frente de construções católicas em colônias japonesas e tombadas pelo Iphan entre 2009 e 2013, tendo em vista a importância histórica, cultural e religiosa de ambas as tipologias. O patrimônio japonês vem aos poucos sendo mais reconhecido e valorizado, seja pela população geral quanto por órgãos especializados, no entanto, isso não se aplica a construções budistas, contabilizadas com mais de 90 templos e 1 cemitério (Cemitério Japonês de Álvares Machado) - sendo este o único patrimônio tombado. Com isso, reforçam o silenciamento que os fiéis budistas sofreram no processo migratório, marcado pela imposição de uma hegemonia cristã, havendo o apagamento e esquecimento dos valores religiosos e culturais japoneses e a luta dos imigrantes para a reconstrução em uma nova pátria-mãe.

Palavras-chave: templo budista; imigração japonesa; hegemonia católica; patrimônio japonês.